

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Em atendimento a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), apresentamos as Demonstrações financeiras individuais de 30 de junho de 2018, o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”).

A Companhia, busca atuação no Sistema Unimed, oferecendo seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial).

O Mercado Segurador

O mercado de seguros de ramos elementares no primeiro semestre de 2018, comparativo ao mesmo período de 2017 apresentou alta de 4,2% em prêmios de seguros. Nos segmentos de compreensivo residencial o crescimento foi de 16,3%, no compreensivo empresarial cresceu 12,6%, no de responsabilidade civil de administradores e diretores houve queda de 3,1%, no de responsabilidade civil profissional cresceu 13,1% e no de responsabilidade civil geral caiu 13,9%. O montante total do segmento de ramos elementares no período monta R\$ 36,8 bilhões, frente a R\$ 35,3 bilhões segundo dados da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

A sinistralidade no primeiro semestre de 2018 para os seguros de ramos elementares chegou a 45,8%, queda em relação ao mesmo período de 2017 que gerou 48,5%. No segmento de responsabilidades houve queda na sinistralidade em comparação ao mesmo período do ano anterior, fechando em 40,0% (49,9%), o compreensivo residencial e empresarial atingiram uma sinistralidade no primeiro semestre de 2018 de 35,5% (38,8% no mesmo período de 2017). A despesa de comercialização em responsabilidades teve um pequeno aumento no primeiro semestre de 2018 com 16,5% sobre os prêmios ganhos (16,0% no mesmo período de 2017) e o compreensivo residencial e empresarial fecharam o primeiro semestre de 2018 com 31,9% (30,8% no mesmo período de 2017).

Cenário Econômico

Neste primeiro semestre de 2018 as estimativas do PIB tem sido revistas a todo momento. A expectativa é que o ano termine com um crescimento de 1,5%. O cenário político continua com grandes instabilidades, afetando os mercados em geral.

O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo aponta uma inflação média anual de 4,1%, abaixo do teto da meta estipulada pelo governo.

O desemprego foi outro termômetro da economia neste primeiro semestre de 2018, a queda na taxa de desemprego ajudou na performance dos mercados de consumo e serviços. No primeiro trimestre de 2018 houve um pequeno aumento na taxa de desemprego, ficando estável em 12,7% da população econômica ativa no fechamento do semestre.

A taxa de juros para 2018 continua em 6,5%, com grande chance de queda de 0,25 ponto percentual até o fechamento do exercício de 2018.

Desempenho Econômico-Financeiro

No primeiro semestre a Companhia atingiu o montante de prêmios emitidos da ordem de R\$ 15,9 milhões (R\$ 14,6 milhões no mesmo período de 2017), crescimento de 8,9% em relação ao mesmo período de 2017, com sinistralidade de 83,5% (25,0% no mesmo período de 2017). O aumento na sinistralidade se deve ao sinistro de grande monta, avisado em maio, com recuperação do ressegurador de 99,9%. O índice de comercialização se manteve em 24,5% nos dois períodos analisados.

No primeiro semestre de 2018, as despesas administrativas atingiram R\$ 5,5 milhões (R\$ 5,0 milhões no mesmo período de 2017) e o resultado financeiro monta R\$ 2,7 milhões (R\$ 2,1 milhões no mesmo período de 2017). A Companhia vem mantendo bons resultados, aliada a sua estratégia comercial e de produtos, fechou o primeiro semestre com o lucro de R\$ 0,7 milhões (R\$ 0,3 milhões no mesmo período de 2017).

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$ 82,9 milhões no primeiro semestre de 2018, representado por 101.457.737 ações.

Política de dividendos

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 21 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo circulante		95.520	46.939	Passivo circulante		41.231	29.816
Disponível		130	277	Contas a pagar		1.933	2.282
Caixa e bancos		130	277	Obrigações a pagar	11	185	293
Aplicações	5a	65.198	26.108	Impostos e encargos sociais a recolher	12	982	1.082
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	12.199	11.583	Encargos trabalhistas		576	460
Prêmios a receber	6b	11.962	11.400	Impostos e contribuições	13	116	328
Operações com resseguradoras		237	183	Outras contas a pagar		74	119
Ativos de resseguro	7a	13.448	4.883	Débitos de operações com seguros e resseguros		5.170	5.521
Títulos e créditos a receber		177	20	Prêmios a restituir		11	11
Títulos e créditos a receber		97	20	Operações com resseguradoras	14a	2.304	2.575
Créditos tributários e previdenciários		80	-	Corretores de seguros e resseguros	14b	2.539	2.607
Outros créditos		116	16	Outros débitos operacionais		316	328
Outros valores e bens		17	17	Depósitos de terceiros	15	118	73
Outros valores		17	17	Provisões técnicas - Seguros	16	34.010	21.940
Despesas antecipadas		170	50	Danos		34.010	21.940
Custos de aquisição diferidos		4.065	3.985	Passivo não circulante		917	438
Seguros	9	4.065	3.985	Provisões técnicas - Seguros	16	569	346
Ativo não circulante		29.494	15.481	Danos		569	346
Aplicações	5a	26.506	12.547	Outros débitos		348	92
Ativos de resseguro	7a	111	74	Provisões judiciais	17	348	92
Títulos e créditos a receber		874	364	Patrimônio líquido		82.866	32.166
Créditos tributários e previdenciários	8	669	287	Capital social	18	88.000	38.000
Depósitos judiciais e fiscais	17	205	77	Ajustes de Avaliação Patrimonial		102	151
Imobilizado	10a	14	14	Prejuízos acumulados		(5.236)	(5.985)
Bens móveis		14	14	Total do passivo e patrimônio líquido		125.014	62.420
Intangível	10b	1.989	2.482				
Outros intangíveis		1.989	2.482				
Total do ativo		125.014	62.420				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos		15.918	14.623
Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(627)</u>	<u>(2.137)</u>
Prêmios ganhos	20a	15.291	12.486
Sinistros ocorridos	20b	(12.761)	(3.127)
Custos de aquisição	20c	(3.753)	(3.061)
Outras receitas e (despesas) operacionais	20d	(74)	(411)
Resultado com operações de resseguros	20e	<u>5.554</u>	<u>(1.782)</u>
Receitas com resseguros		8.847	910
Despesas com resseguros		(3.293)	(2.692)
Despesas administrativas	20f	(5.449)	(4.963)
Despesas com tributos	20g	(339)	(796)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.531)	(1.654)
Resultado financeiro	20h	2.748	2.150
(=) Resultado operacional		<u>1.217</u>	<u>496</u>
(+) Resultado antes dos impostos e participações		1.217	496
Imposto de renda	21	(216)	(51)
Contribuição social	21	(176)	(60)
Participações sobre o lucro		<u>(77)</u>	<u>(48)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>748</u>	<u>337</u>
Resultado atribuído aos:		748	337
Acionistas controladores		748	337
Quantidade de ações		101.457.737	39.729.342
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		7,37	8,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	<u>748</u>	<u>337</u>
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(87)	68
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>39</u>	<u>(31)</u>
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	<u><u>700</u></u>	<u><u>374</u></u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	700	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	38.000	107	(7.025)	31.082
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	37	-	37
Lucro líquido do exercício	-	-	337	337
Saldos em 30 de junho de 2017	38.000	144	(6.688)	31.456
Saldo em 1º de janeiro de 2018	38.000	150	(5.984)	32.166
Aumento de capital social - Portaria nº 858 de 3 de maio de 2018	50.000	-	-	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(48)	-	(48)
Lucro líquido do semestre	-	-	748	748
Saldos em 30 de junho de 2018	88.000	102	(5.236)	82.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	748	337
Ajustes para:	1.562	2.593
Depreciação e amortizações	494	493
Redução do valor recuperável de prêmios	(316)	239
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(80)	(638)
Diferimento das provisões técnicas	1.581	3.052
Diferimento dos ativos de resseguro	(117)	(485)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(68)
Variação nas contas patrimoniais	(53.034)	(3.116)
Aplicações financeiras	(53.097)	(1.029)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(300)	(2.879)
Ativos de resseguro	(8.485)	(291)
Créditos fiscais e previdenciários	(462)	(154)
Depósitos judiciais e fiscais	(128)	(27)
Despesas antecipadas	(120)	(13)
Custos de aquisição diferidos	-	(178)
Fornecedores e outras contas a pagar	(108)	(745)
Outros ativos	(177)	(73)
Impostos e contribuições	(774)	122
Outras contas a pagar	(45)	
Débitos de operações com seguros e resseguros	(351)	989
Depósitos de terceiros	45	(5)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	10.712	1.259
Provisões judiciais	256	(92)
Caixa consumido nas operações	(50.724)	(186)
Impostos e contribuições pagos	578	155
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(50.146)	(31)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1)	(3)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1)	(3)
Atividade de financiamento		
Aumento de Capital	50.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	50.000	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(147)	(34)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	277	125
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	130	91
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(147)	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas.

A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A., cujo estão diluídos em 227 acionistas em 30 de junho de 2018.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, CPC 21 (R1) Demonstração Intemediária, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de agosto de 2018.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Demonstrações Intermediárias Contábeis.

c. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e. Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas homologadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As Notas Explicativas nºs: 3f - Mensuração dos contratos de seguros, 5 - Aplicações financeiras, 8 - Créditos tributários e previdenciários, 9 - Custos de aquisição diferidos, 16 - Provisões técnicas - Seguros e 17 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela SUSEP. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 (ou CPC 48) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras individuais de acordo com as IFRS.

A Companhia não possui contratos de arrendamento, desta forma não haverá impactos da adoção desta norma.

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

- (i) ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
- (ii) ***Ativos financeiros mantidos até o vencimento***
São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. .
- (iii) ***Ativos financeiros disponíveis para venda***
Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado.
- (iv) ***Empréstimos e recebíveis***
São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Prêmios a receber”.
- (v) ***Determinação do valor justo***
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação.

b. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos, considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

c. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir:

- Bens móveis: 5 a 10 anos

d. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

e. Classificação dos contratos de seguros e de investimento

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro também são classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*.

Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

f. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento é de 66 dias e o diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de comercialização, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

g. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo do diferimento médio dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência das apólices.

h. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de seis meses.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados — Incurred But Not Enough Reported (IBNER) —, calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é calculada com base em metodologia própria na qual são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR.
- A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados.

i. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras intermediárias as obrigações decorrentes dos contratos de seguro. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e despesas de comercialização.

Para o teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em uma base de riscos similares.

As estimativas de prêmios e sinistros foram descontados pela taxa denominada Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ ANBIMA). Para a determinação do índice de sinistralidade, utilizamos a projeção do orçamento de 2018, contemplando todos os ramos.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Para realização dos testes, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Índices combinados
- Sinistralidade projetada de 57,76%
- Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela SUSEP e ANBIMA
- Despesas de manutenção da certa.

Em 30 de junho de 2018, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

j. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do período corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável no período que excede a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

1. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações ordinárias em poder dos acionistas na data-base.

4 Gerenciamento de risco

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas atribuições como agentes de governança contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Com o objetivo de zelar pela transparência nas atividades, bem como nos relacionamentos da Companhia, os Comitês de Assessoramento da Companhia contam também com a participação periódica do presidente e do vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia.

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia.

Gestão de Capital

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. Demonstramos o capital necessário para suportar riscos, na Unimed Seguros Patrimoniais S.A. - vide Nota Explicativa nº 18e.

a. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, sendo o principal risco a frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.
- **Recálculo das provisões técnicas** - Periodicamente, são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados.
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão.

(i) *Análises de sensibilidade*

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros.

Foi considerado agravamento de 5% nos valores dos sinistros que poderiam afetar a provisão de IBNR.

Foi considerado aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

Premissas atuariais	2018			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido (2)	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido (2)
IBNR	19	10	2	1
Sinistralidade (1)	703	387	111	61

(1) Aumento em 5 (cinco) pontos percentuais aplicados da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declarada das data-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(2) Valores obtidos após a dedução do imposto.

(ii) *Desenvolvimento de sinistros*

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

	Sinistro bruto de resseguro (*)					
	Ano do aviso do sinistro					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	10	179	1.450	3.723	11.547	11.547
Um ano após o aviso	-	173	1.671	3.749	-	5.594
Dois anos após o aviso	-	308	1.691	-	-	1.999
Três anos após aviso	-	317	-	-	-	317
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2018	-	317	1.691	3.749	11.547	17.304
Diferença entre as estimativas inicial e final	10	(138)	(241)	(26)	-	(395)
Pagamentos de sinistros efetuados	-	47	997	1.927	558	3.528
Sinistros Pendentes em 30/06/2018	-	270	694	1.823	10.989	13.776
IBNR	-	-	-	-	-	3.952
IBNeR	-	-	-	-	-	283

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro.

	Sinistro líquido de resseguro (*)					
	Ano do aviso do sinistro					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	10	166	976	2.517	3.126	3.126
Um ano após o aviso	-	159	1.172	2.661	-	3.992
Dois anos após o aviso	-	270	1.188	-	-	1.458
Três anos após aviso	-	277	-	-	-	277
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2018	-	277	1.188	2.661	3.126	7.253
Diferença entre as estimativas inicial e final	10	(110)	(212)	(144)	-	(457)
Pagamentos de sinistros efetuados	-	44	610	1.222	390	2.266
Sinistros Pendentes em 30/06/2018	-	233	578	1.439	2.737	4.987
IBNR	-	-	-	-	-	2.807
IBNeR	-	-	-	-	-	222

(*) Sinistro líquido de cosseguro e líquido de resseguro.

(iii) *Gerenciamento de riscos por linhas de negócio*

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos.

(iv) *Seguros de responsabilidade e patrimoniais*

Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros:

- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros.
- Risco de severidade e frequência dos sinistros.
- Os riscos apresentados são gerenciados como segue:
- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices.
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. Risco de mercado

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) *Gerenciamento do risco de mercado*

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio.

Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*.

(ii) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(iii) *Resultados do teste de sensibilidade*

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados, classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e Selic), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, em um horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de juros	
Classe de ativo		+1%	-1%
Títulos pós-fixados			
Disponível para venda	31.320	313	(313)
Avaliados a valor justo	49.517	495	(495)
Títulos prefixados			
Disponível para venda	3.872	(20)	20
IPCA			
Até o vencimento	3.632	-	-
Avaliados a valor justo	1.518	15	(15)
IGP-M			
Até o vencimento	1.845	-	-
Impacto no patrimônio líquido		(20)	20
Impacto no resultado		823	(823)
Impacto líquido de impostos PL		(11)	11
Impacto líquido de impostos resultado		453	(453)
Total	91.704	-	-

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma “Carteira de Liquidez”, com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata e com vencimentos de 1 a 30 dias, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Liquidez	30/06/2018		31/12/2017	
	R\$ (mil)	% Carteira	R\$ (mil)	% Carteira
Imediata	73.949	62%	28.790	51%
1 a 30 dias	15.125	13%	21.090	38%
31 a 60 dias	923	1%	825	2%
61 a 90 dias	617	1%	528	1%
91 a 120 dias	13.906	12%	890	2%
121 a 150 dias	557	-	457	1%
151 a 180 dias	385	-	331	1%
181 a 365 dias	925	1%	778	1%
Mais de 365 dias	11.418	10%	1.818	3%
Total	117.805	100%	55.507	100%

Casamento dos ativos e passivos

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia Assets and Liabilities Management (ALM). Essa metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018

	Sem vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	130	-	-	-	-	-	130
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	45.940	-	-	-	5.095	-	51.035
Títulos públicos	-	-	-	-	5.095	-	5.095
Quotas de fundos de investimento abertos	45.940	-	-	-	-	-	45.940
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	14.163	19.925	1.104	35.192
Títulos privados	-	-	-	10.291	19.925	1.104	31.320
Títulos públicos	-	-	-	3.872	-	-	3.872
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	5.477	5.477
Títulos privados	-	-	-	-	-	5.477	5.477
Crédito das operações com seguros e resseguros (*)	-	421	31	11.809	-	-	12.261
Prêmios a receber	-	191	18	11.809	-	-	12.018
Operações com resseguradoras	-	230	13	-	-	-	243
Ativos de resseguro e retrocessão	1.533	11.516	333	177	-	-	13.559
Títulos e créditos a receber	-	77	20	-	-	-	97
Outros créditos	-	-	1	115	-	-	116
Custos de aquisição diferidos	178	-	-	3.887	-	-	4.065
Total dos ativos financeiros	47.781	12.014	385	30.151	25.020	6.581	121.932
Provisões técnicas (**)	5.312	27.460	1.807	-	-	-	34.579
Passivos financeiros	-	160	81	6.994	-	-	7.235
Obrigações a pagar	-	110	1	74	-	-	185
Impostos e encargos sociais a recolher	-	1	-	981	-	-	982
Encargos trabalhistas	-	-	-	576	-	-	576
Impostos e contribuições	-	-	-	116	-	-	116
Outras contas a pagar	-	-	-	74	-	-	74
Depósito de terceiros	-	49	69	-	-	-	118
Débitos de operações com seguros e resseguros (*)	-	-	11	5.173	-	-	5.184
Total dos passivos financeiros	5.312	27.620	1.888	6.994	-	-	41.814

(*) Valor bruto da provisão da redução ao valor recuperável.

(**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating dos ativos financeiros

Nota	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor	Part. % Total	Valor	Part. % Total
Soberano	8.967	8%	16.851	30%
AAA	3.455	3%	1.312	2%
AA	16.933	14%	6.439	12%
A	17.979	15%	4.896	9%
BBB	2	-	1	-
B	-	-	3.825	7%
Total em risco	47.336	40%	33.324	60%
Sem classificação*	70.469	60%	22.184	40%
Total	117.805	100%	55.508	100%

Para classificação dos *ratings* são utilizadas as agências Fitch, Moody's e S&P, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Concentração de riscos

A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, conforme apresentado abaixo:

30/06/2018												
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
R.C. Profissional	639	4,01%	636	4,00%	233	1,46%	6.573	41,27%	4.481	28,14%	12.562	78,88%
R. C. D&O	45	0,28%	72	0,45%	16	0,10%	793	4,98%	616	3,87%	1.542	9,68%
Compreensivo empresarial	113	0,71%	82	0,52%	3	0,02%	627	3,95%	514	3,23%	1.339	8,43%
Compreensivo residencial	96	0,60%	9	0,06%	1	0,01%	237	1,49%	47	0,31%	390	2,47%
R. C. Geral	6	0,05%	3	0,02%	-	0,00%	30	0,19%	10	0,06%	49	0,32%
Lucros cessantes	6	0,04%	2	0,01%	-	0,00%	10	0,06%	18	0,11%	36	0,22%
Total	905	5,69%	804	5,06%	253	1,59%	8.270	51,94%	5.686	35,72%	15.918	100%

30/06/2017
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro

Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	Prêmio	%	Prêmio	%	Prêmio	%	Prêmio	%	Prêmio	%	Prêmio	%
R.C. Profissional	571	3,91%	525	3,60%	237	1,62%	6.050	41,37%	4.001	27,36%	11.384	77,86%
R. C. D&O	36	0,25%	59	0,40%	-	0,00%	723	4,94%	484	3,31%	1.302	8,90%
Compreensivo residencial	142	0,97%	123	0,84%	55	0,38%	581	3,97%	126	0,86%	1.027	7,02%
Compreensivo empresarial	97	0,66%	67	0,46%	16	0,11%	423	2,89%	262	1,80%	865	5,92%
R. C. Geral	5	0,03%	3	0,02%	-	0,00%	8	0,05%	10	0,07%	26	0,17%
Lucros cessantes	3	0,02%	3	0,02%	-	0,00%	7	0,05%	6	0,04%	19	0,13%
Total	854	5,84%	780	5,34%	308	2,11%	7.792	53,27%	4.889	33,44%	14.623	100%

f. Principais ramos de atuação

Índice de

Ramo de atuação	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	R.C. Profissional	12.071	10.127	36%	24%	27%
R. C. D&O	1.641	1.429	-	-	12%	13%
Compreensivo empresarial	1.113	685	737%	69%	21%	28%
Compreensivo residencial	398	209	59%	85%	24%	34%
Lucros cessantes	34	19	2%	-	16%	20%
R. C. Geral	34	17	8%	64%	22%	24%
Total	15.291	12.486	83%	25%	25%	25%

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Valor justo por meio do resultado		-	5.095	-	45.940	51.035	51.035	51.035	-	51.035	55,65%	14.013	36,25%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	44.422	44.422	44.422	44.422	-	44.422	48,44%	5.548	14,35%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	2	-	-	-	1.518	1.518	1.518	1.518	-	1.518	1,65%	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	5.095	-	-	5.095	5.095	5.095	-	5.095	5,56%	8.465	21,90%
Disponível para venda		14.163	19.925	1.104	-	35.192	35.007	34.868	185	35.192	38,38%	20.485	53,00%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.641	12,01%
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	3.872	-	-	-	3.872	3.733	3.872	139	3.872	4,23%	3.746	9,69%
Letra Financeira (LF)	2	2.351	12.787	-	-	15.138	15.122	15.138	16	15.138	16,51%	3.798	9,83%
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.825	9,89%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	7.940	-	-	-	7.940	7.940	7.940	-	7.940	8,66%	1.836	4,75%
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	2	-	324	-	-	324	324	-	-	324	0,35%	-	-
Debênture	2	-	6.814	1.104	-	7.918	7.888	7.918	30	7.918	8,63%	2.639	6,83%
Mantidos até o vencimento		-	-	5.477	-	5.477	5.477	5.241	(236)	5.477	5,97%	4.157	10,75%
Debênture	2	-	-	5.477	-	5.477	5.477	5.241	(236)	5.477	5,97%	-	-
Letra Financeira (LF)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.157	10,75%
Total		14.163	25.020	6.581	45.940	91.704	91.519	91.144	(51)	91.704	100,00%	38.655	100,00%

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, tampouco houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.

c. Taxa de juros contratada

Títulos	Classe	Taxa de juros contratada		30/06/2018 Saldo contábil
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			44.422
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Fundos de Renda Fixa	IPCA +	5,75%	1.518
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,00%	CDI	7.940
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	Títulos Privados Renda Fixa	100,30%	CDI	324
Debênture	Títulos Privados Renda Fixa	116,07%	CDI	4.303
		CDI +	1,30%	3.616
		IGPM +	6,10%	1.845
		IPCA +	6,00%	3.631
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,28%	CDI	15.138
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos Pós-fixados	100,00%	Selic	5.095
Letras Tesouro Nacional (LTN)	Títulos Públicos Prefixados	PRE	14,67%	<u>3.872</u>
Total				<u>91.704</u>

d. Movimentação das aplicações financeiras

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial do semestre	38.655	35.095
Aplicação	118.109	25.650
Resgate	(67.711)	(26.668)
Receita financeira	2.737	2.142
Ajuste a valor de mercado	(87)	68
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>
Saldo final do semestre	<u>91.704</u>	<u>36.287</u>

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	34.579	22.286
(-) Ativos de resseguro redutores	(11.639)	(2.877)
(-) Direitos creditórios	(6.938)	(6.238)
	<hr/>	<hr/>
Total a ser coberto	16.002	13.171
Títulos de renda fixa - Públicos	8.967	16.852
Títulos de renda fixa - Privados	21.223	13.661
Quotas de fundos de investimentos	10.691	-
	<hr/>	<hr/>
Total de ativos em garantia	40.881	30.513
Suficiência de cobertura	24.879	17.342

6 Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	Prêmios a receber				Operações com resseguradoras				Total	
	Riscos vigentes emitidos	Juros a apropriar	Riscos vigentes não emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar	Despesas relacionadas	Redução ao valor recuperável	30/06/2018	31/12/2017
R.C. Profissional	9.707	(11)	715	(20)	6	87	1	-	10.485	9.613
Compreensivo empresarial	597	(1)	61	(28)	2	120	10	(6)	755	595
R. C. D&O	621	(1)	63	-	-	-	-	-	683	1.045
Compreensivo residencial	228	(2)	12	(7)	-	15	2	-	248	295
R. C. Geral	16	-	2	(1)	-	-	-	-	17	22
Lucros cessantes	11	-	-	(1)	-	-	-	-	11	13
Total	11.180	(15)	854	(57)	8	222	13	(6)	12.199	11.583

(*) Referem-se à restituição de prêmio de resseguro.

b. Prêmios a receber por idade

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer		
De 1 a 30 dias	4.579	3.782
De 31 a 120 dias	4.980	4.873
De 121 a 365 dias	2.251	2.422
Vencidos		
De 1 a 30 dias	147	326
De 31 a 120 dias	35	74
De 121 a 365 dias	9	39
Superior a 365 dias	18	257
Total	12.019	11.773
Redução ao valor recuperável	(57)	(373)
Prêmios líquidos a receber	11.962	11.400

c. Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios pendentes no início do semestre	11.400	11.276
Prêmios emitidos líquidos de IOF e cancelamento	16.128	14.052
Recebimentos	(16.915)	(13.106)
IOF	1.192	1.043
Juros sobre parcelamentos	19	17
RVNE	(178)	631
Redução ao valor recuperável	316	(127)
Prêmios pendentes no final do semestre	11.962	13.786

7 Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

a. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	30/06/2018	31/12/2017
Compreensivo empresarial	655	26	7.623	342	118	8.764	838
R.C. Profissional	1.590	81	1.193	730	63	3.657	2.963
R.C. D&O	873	32	8	63	4	980	1.048
Compreensível residencial	77	1	21	4	-	103	66
R.C. Geral	23	-	5	4	-	32	23
Lucros cessantes	20	1	-	2	-	23	19
Circulante e não circulante	3.238	141	8.850	1.145	185	13.559	4.957

b. Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

2018				
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2018
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	3.090	3.451	(3.303)	3.238
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	203	520	(582)	141
Sinistros pendentes de pagamento	870	9.354	(1.374)	8.850
IBNR	746	516	(117)	1.145
PDR	48	185	(48)	185
Circulante e não circulante	4.957	14.026	(5.424)	13.559
2017				
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06//2017
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	2.424	2.872	(2.624)	2.672
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	440	195	(172)	463
Sinistros pendentes de pagamento	195	1.105	(825)	475
IBNR	848	250	(38)	1.060
PDR	48	25	(12)	61
Circulante e não circulante	3.955	4.447	(3.671)	4.731

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo	Resseguradores	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio líquido de resseguro (Nota 20 e)	Sinistros a recuperar (Nota 20 e)	Agência classificadora	Rating
Local	Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	1.972	(734)	1.238	329	Moody's	Baa3
Local	Austral Resseguradora S.A.	776	(283)	493	1.261	A.M. Best Company, Inc.	B++
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	1.269	(414)	855	2.591	A.M. Best Company, Inc.	A-
Local	Terra Brasis Resseguros S.A.	604	(219)	385	1.754	A.M. Best Company, Inc.	B++
Local	Scor Brasil Resseguro S.A.	735	(256)	479	2.359	S&P	BBB/Stable
Total		5.356	(1.906)	3.450	8.294		

8 Créditos tributários e previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a compensar		
Crédito tributário IRPJ e CSLL a compensar	80	-
Total circulante	80	-
Ajustes temporais de imposto de renda	59	105
Ajustes temporais de contribuição social	26	50
PIS diferido	82	19
COFINS diferido	502	113
Total não circulante	669	287

9 Custos de aquisição diferidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo no início do semestre	3.985	3.333
Constituição	3.791	3.847
Reversão	(3.711)	(3.031)
Saldo no final do semestre	<u>4.065</u>	<u>4.149</u>

10 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do imobilizado

	Movimentação			30/06/2018			Taxas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2017	Aquisições	Depreciação	30/06/2018	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada		Valor líquido
Móveis, máquinas e utensílios	4	-	-	4	5	(1)	4	10%
Hardware	6	-	(1)	5	6	(1)	5	20%
Equipamentos	4	1	-	5	6	(1)	5	10%
Total	<u>14</u>	<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>14</u>	<u>17</u>	<u>(3)</u>	<u>14</u>	

	Movimentação			30/06/2017			Taxas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2016	Aquisições	Depreciação	30/06/2017	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Móveis, máquinas e utensílios	2	3	-	5	5	-	5	10%
Total	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	

b. Movimentação do intangível

	Movimentação			30/06/2018			Taxas anuais de amortização (%)	
	31/12/2017	Aquisições	Amortização	30/06/2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada		Valor líquido
Software	2.482	-	(493)	1.989	4.972	(2.983)	1.989	20%
Total	<u>2.482</u>	<u>-</u>	<u>(493)</u>	<u>1.989</u>	<u>4.972</u>	<u>(2.983)</u>	<u>1.989</u>	

	Movimentação			30/06/2017			Taxas anuais de amortização (%)	
	31/12/2016	Aquisições	Amortização	30/06/2017	Custo de aquisição	Amortização acumulada		Valor líquido
Software	3.469	-	(493)	2.976	4.972	(1.996)	2.976	20%
Total	<u>3.469</u>	<u>-</u>	<u>(493)</u>	<u>2.976</u>	<u>4.972</u>	<u>(1.996)</u>	<u>2.976</u>	

11 Obrigações a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	144	68
Participação nos lucros a pagar	40	223
Outros pagamentos	1	2
Total	<u>185</u>	<u>293</u>

12 Impostos e encargos sociais e recolher

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido de funcionários	32	68
Imposto de renda retido na fonte	8	8
Imposto sobre serviço retido	2	1
Imposto sobre operações financeiras	839	820
Contribuições previdenciárias	64	138
Contribuições para FGTS	18	28
Outros impostos e encargos sociais	19	19
Total	982	1.082

13 Impostos e contribuições

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão IRPJ	364	228
(-) Antecipação de IRPJ	(352)	(108)
Provisão CSLL	342	206
(-) Antecipação de CSLL	(342)	(100)
COFINS	81	87
PIS	23	15
Total	116	328

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social, referente ano calendário 2017, foram compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2018.

14 Operações com resseguradoras e corretores de Seguros

a. Operações com resseguradoras

	30/06/2018	31/12/2017
Resseguradora local	2.151	2.353
Prêmio de resseguro - RVNE	153	222
Total	2.304	2.575

b. Corretores de seguros

	30/06/2018	31/12/2017
Comissões a pagar	80	159
Comissões riscos emitidos	2.282	2.304
Comissões risco emitidos RVNE	194	228
Juros a apropriar	(3)	(5)
Redução ao valor recuperável	(14)	(79)
Total	2.539	2.607

15 Depósitos de terceiros

Referem-se substancialmente a créditos relativos ao recebimento de prêmios e emolumentos de seguros não identificados.

<i>Aging</i>	30/06/2018	31/12/2017
De 31 a 60 dias	1	4
De 61 a 120 dias	16	6
De 121 a 180 dias	5	15
De 181 a 365 dias	27	25
Acima de 365 dias	69	23
Total	118	73

16 Provisões técnicas - Seguros

a. Provisões técnicas

Ramos	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	30/06/2018	31/12/2017
R.C. Profissional	12.819	6.151	3.494	301	22.765	18.559
Compreensivo empresarial	1.206	7.775	356	120	9.457	1.347
R. C. D&O	1.619	10	72	5	1.706	1.796
Compreensivo residencial	419	117	22	3	561	515
R. C. Geral	45	6	6	-	57	40
Lucros cessantes	31	-	2	-	33	29
Total	16.139	14.059	3.952	429	34.579	22.286

b. Movimentação das provisões técnicas

	30/06/2018				
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	15.512	3.459	3.113	202	22.286
Ajuste de estimativa	15.918	9.123	1.176	136	17.230
Reversão	(15.291)	(1.315)	(337)	(142)	(18.897)
Avisos	-	3.769	-	276	14.980
Juros e atualizações	-	20	-	-	21
Pagamentos	-	(997)	-	(43)	(1.041)
Saldos no final do semestre	16.139	14.059	3.952	429	34.579
	30/06/2017				
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	12.997	956	3.661	207	17.821
Ajuste de estimativa	14.623	1.224	1.014	59	16.920
Reversão	(12.486)	(1.296)	(150)	(58)	(13.990)
Avisos	-	2.232	-	50	2.282
Juros e atualização	-	42	-	-	42
Pagamentos	-	(943)	-	-	(943)
Saldos no final do semestre	15.134	2.215	4.525	258	22.132

17 Provisões judiciais

Natureza	Provisão para contingências						Depósitos judiciais			
	Saldo em 31/12/2017	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorários de sucumbência	Pagamentos	Saldo em 30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017
1 - Fiscal	22	117	-	6	-	-	-	145	144	17
1.1 INSS liminar judicial	22	117	-	6	-	-	-	145	144	17
2 - Contingências cíveis	70	106	(9)	9	(2)	10	(3)	181	-	-
3 - Contingências trabalhistas	-	20	-	2	-	-	-	22	61	60
Total	92	243	(9)	17	(2)	10	(3)	348	205	77

1. INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas. A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a Companhia vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores.
2. A Companhia responde a processos de natureza cível, tramitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com as classificações de perdas “provável” e “possível” é de R\$ 181.
3. A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, tramitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com classificações de perdas possível ou provável é de R\$ 22.

a. Composição da provisão de sinistros judiciais a liquidar

Probabilidade de perda	2018			2017		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	21	243	246	6	47	48
Possível	6	451	323	5	438	298
Remota	17	371	-	16	371	-
Total	44	1.065	569	27	856	346

b. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar

	Sinistros	
	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	346	-
Sinistros pagos	(60)	-
Novas constituições	209	174
Alteração de estimativas ou probabilidades	52	14
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	22	2
Saldo no final do semestre	569	190

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 88.000 (R\$ 38.000 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 101.457.737 (39.729.342 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Essa reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e, acréscimo do capital de giro.

A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos.

d. Dividendos

De acordo com o art. 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- (a) Lucro líquido do exercício.
- (b) (-) Constituição da reserva legal de 5%.
- (c) Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos.

Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, poderá ser determinada eventual parcela destinada à participação da Diretoria.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno, de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Capital Mínimo Requerido.

A seguir, detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado da Companhia:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	82.866	32.166
Ajustes contábeis:	(2.159)	(2.531)
Despesas antecipadas	(170)	(49)
Ativo intangível	(1.989)	(2.482)
Ajustes econômicos:	(45)	2
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registradas	85	-
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(130)	2
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	80.662	29.637
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	8.902	4.563
Capital risco de subscrição	4.193	3.889
Capital risco de crédito	5.085	799
Capital risco operacional	207	213
Capital risco de mercado	1.707	23
Redução por correlação dos riscos	(2.290)	(361)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	65.662	14.637
Suficiência de capital (%)	81%	49%

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta índice de liquidez de 279,48%.

19 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.
- (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (d) Despesa de plano odontológico dos funcionários com a coligada Unimed Saúde e Odonto S.A.
- (e) Prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A.
- (f) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.
- (g) Despesas com remuneração pela estipulação de contratos (pró-labore) referentes a diversas cooperativas do Sistema Unimed, classificados na rubrica “Débitos de Operações”.

Ativo	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	30/06/2018	31/12/2017
			Débitos de operações		
			Cooperativas Unimed (g)	19	5
Prêmios a receber (e)	38	185	Outras contas a pagar:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	46	70
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	28	50
Total ativo	<u>38</u>	<u>185</u>	Total passivo	<u>93</u>	<u>125</u>
Receita	30/06/2018	30/06/2017	Despesa	30/06/2018	30/06/2017
			Despesa de comercialização		
			Cooperativas Unimed	57	56
Prêmios emitidos (e)	371	754	Despesas administrativas:		
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	122	87
			Unimed Seguradora S.A. (c)	2	2
			Administradores (f)	3	3
			Unimed Seguros Saúde e Odonto S.A.(d)	-	1
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	309	518
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	212	99
Total receita	<u>371</u>	<u>754</u>	Total despesa	<u>705</u>	<u>766</u>

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	18.391	15.157
Prêmios cancelados	(2.263)	(1.105)
Prêmios RVNE	(178)	631
Prêmios restituídos	(32)	(60)
Variação da PPNG	<u>(627)</u>	<u>(2.137)</u>
Total	<u>15.291</u>	<u>12.486</u>

b. Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Sinistros avisados administrativos	(11.576)	(2.160)
Despesas com sinistros	(157)	(72)
Despesas com sinistros de assistência	(74)	(30)
Variação da provisão de IBNR	(954)	(865)
Total	(12.761)	(3.127)

c. Despesas de comercialização

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões sobre prêmios emitidos	(3.119)	(3.250)
Comissão de agenciamento	(2)	3
Outros custos de aquisição	(712)	(630)
Variação de comissões diferidas	(13)	678
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(4)	(22)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	97	160
Total	(3.753)	(3.061)

d. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Outras receitas operacionais	(66)	-
Outras receitas (despesas) com operações de seguro	(153)	(192)
Despesas com cobrança	(59)	(38)
Despesa com administração de apólices e/ou contratos	(13)	-
Provisão para riscos de créditos	316	(239)
Despesas diversas	(99)	58
Total	(74)	(411)

e. Resultado com resseguro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas com resseguros:	8.847	910
Indenização de sinistros	8.294	686
Variação da provisão de IBNR	398	211
Variação das despesas relacionadas do IBNR	33	13
Despesas com sinistro	122	-
Despesas com resseguros:	(3.293)	(2.692)
Prêmios de resseguro cedido	(3.780)	(3.082)
Cancelamento de resseguro	329	208
Restituição de resseguro	1	3
Prêmios de resseguro RVNE	70	(93)
Variação da despesa de resseguro diferido	87	272
Total	5.554	(1.782)

f. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio	(2.709)	(2.492)
Serviços de terceiros	(1.655)	(1.474)
Localização e funcionamento	(725)	(790)
Despesas com publicidade e propaganda	(61)	(48)
Despesas com publicações	(194)	(154)
Despesas com donativos e contribuições	(49)	(7)
Outras	(56)	2
Total	<u>(5.449)</u>	<u>(4.963)</u>

g. Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos federais	(15)	(191)
Impostos municipais	(1)	(30)
COFINS	(107)	(376)
PIS	(17)	(61)
Contribuição sindical	-	(42)
Taxa de fiscalização	(199)	(96)
Total	<u>(339)</u>	<u>(796)</u>

h. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas com títulos privados	<u>948</u>	<u>951</u>
Valor justo por meio de resultado	7	180
Disponíveis para venda	756	473
Mantidos até o vencimento	185	298
Receitas com títulos públicos	<u>466</u>	<u>861</u>
Valor justo por meio de resultado	215	409
Disponíveis para venda	251	452
Receitas com fundos de investimentos	<u>1.329</u>	<u>330</u>
Valor justo por meio de resultado	1.329	330
Receitas financeiras com operações de seguros	20	30
Receitas financeiras com depósitos judiciais	6	1
Outras receitas financeiras	20	15
Total receitas financeiras	<u>2.789</u>	<u>2.188</u>
Despesas com fundos de investimentos	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Valor justo por meio de resultado	(6)	-
Despesas com operações de seguros	(20)	(25)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	-	(12)
Juros e atualização sobre processos judiciais	(15)	(1)
Total despesas financeiras	<u>(41)</u>	<u>(38)</u>
Resultado financeiro	<u>2.748</u>	<u>2.150</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	1.141	448	1.141	448
Adições:				
Provisão para risco de créditos e outros	1.022	238	1.022	238
Brindes e patrocínio	1	2	1	2
Provisão para contingência Cível	256	(93)	256	(93)
Programa de participação no resultado - PPR	74	(101)	74	(101)
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos e outros	(1.339)	-	(1.339)	-
Provisão para contingência Cível	(22)	-	(22)	-
Programa de participação no resultado - PPR	(258)	-	(258)	-
(-) Compensação Base Negativa períodos anteriores	(261)	(148)	(261)	(148)
Receita c/ depósitos Judiciais-Juros	(5)	-	(5)	-
Atual. mon. Proc. Judicial Trabalhista	(1)	-	(1)	-
Base de cálculo:	608	346	608	346
Alíquotas:(*)				
Imposto de renda e Contribuição social	103	52	136	69
Adicional 10%	49	23	-	-
Outros	(4)	(2)	-	-
Tributos correntes	148	73	136	69
Tributos diferidos	68	-	40	-
Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	(22)	-	(9)
Outros tributos diferidos	-	-	-	-
Resultado imposto de renda e contribuição social	216	51	176	60
Alíquota efetiva	18,91%	11,48%	15,45%	13,40%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.270 em 30 de junho de 2018 (R\$ 6.531 em 31 de dezembro de 2017), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados contabilmente pelo fato de a Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

* * *

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8